**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR– ETP**

**NÚMERO:** 02/2021 – GRR/UDT.

**DATA:** 28/10/2021.

**1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE:** 2ª/GRR.

**2. REFERÊNCIA:** Processo nº 59520.001365/2021-68-e.

**3. HISTÓRICO E/OU DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

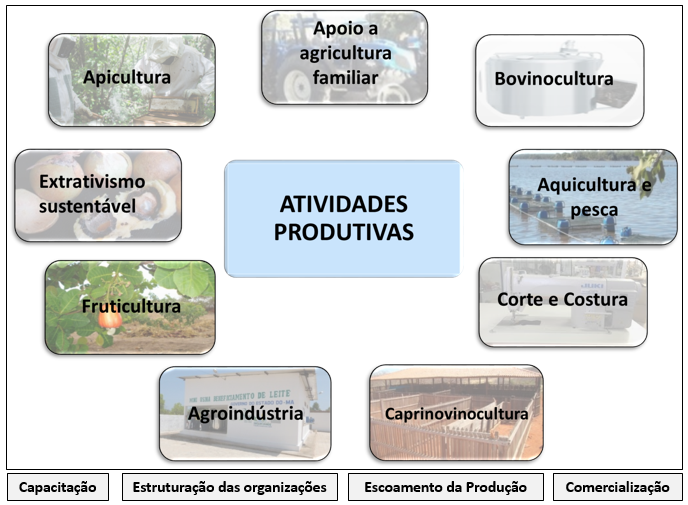
A Codevasf, a partir da Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, passou a atuar nasas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da Codevasf, e na Superintendência por meia da Gerência Regional de Revitalização das Bacias Hidrográficas, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos e atividades produtivas.

Neste sentido, as atividades produtivas são apoiadas e estruturadas, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais – APLs, que são as atividades estruturadas e com um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

O apoio as atividades produtivas são uma das estratégias da Codevasf, para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, produtores de pequeno porte das comunidades rurais de sua área de atuação. O apoio aos APLs possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, que pode ser realizado por meio da identificação das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local, podendo ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças locais e territoriais, bem como ocorrer na forma de: mobilizações; capacitações; fortalecimento das governanças locais; bem como no apoio às unidades de produção, de beneficiamento e/ou comercialização dos produtos, por meio do fornecimento de equipamentos, materiais e insumos; da implantação/construção de estruturas de produção, processamento, beneficiamento, comercialização e logística para o escoamento da produção; apoio à organização dos produtores. Além disso, com a aquisição de equipamentos, garante-se assim, a possibilidade de uso de novas tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas.

As ações de apoio aos APLs visam estruturar a produção nas cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, mandiocultura, bovinocultura, aquicultura/pesca, avicultura, economia criativa dentre outras, com foco na agricultura familiar, promovendo melhoria das condições de produção, por sua vez, melhoria das condições de vida da população, geração de emprego e renda, exploração racional e sustentável dos recursos naturais.



**Figura 01:** Algumas das atividades produtivas apoiadas pela Codevasf.

O apoio aos APLs ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da Codevasf, por se tratar de ações dinâmicas, tendo em vista que as atividades que visam à produção, sobretudo de alimentos, estão em constante adequação às demandas de mercado e de necessidade da população regional, nacional e mundial.

**4. FINALIDADE – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

A elaboração deste Estudo visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando a seleção de empresas para o fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais e equipamentos, destinados à implantação de ações de inclusão produtiva na área de jurisdição da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado da Bahia.

As políticas públicas voltadas à solução das carências do Estado da Bahia, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda carecem de ações que melhorem os indicadores econômicos e sociais da região. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre gestores, políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de driblar a escassez de recursos e melhorar a qualidade de vida da população.A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Companhia vem ampliando as suas ações apoiando organizações de produtores, por meio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, aquicultura/pesca, avicultura, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar.

A contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em promover a melhoria das condições de produção da agricultura familiar, e por sua vez, melhoria das condições de vida da população, geração de emprego e renda, exploração racional e sustentável dos recursos naturais. O fornecimento destes bens se faz necessário para o fortalecimento da capacidade produtiva da região e organizações que receberão os equipamentos e materiais, aumentando a e eficiência da produção, reduzindo custos, promovendo o comércio e desenvolvimento local, possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população, sobretudo neste momento em que muitos passam por dificuldades financeiras.

Na 2ª Superintendência Regional da Codevasf, todos os anos, vários parlamentares têm alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar as ações de revitalização das bacias hidrográficas e de apoio à estruturação de atividades produtivas, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, torna-se necessária a realização de licitações pela Superintendência supracitada para aquisição de diversos materiais e equipamentos para atender as necessidades e demandas das comunidades da área de atuação da Codevasf, garantindo assim, a possibilidade de uso de tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas.

Ressalta-se que alguns parlamentares tem buscado apoiar entidades que se preocupam e tratam de pessoas com necessidades especiais, objetivando a sua valorização e inclusão social. Assim, tem surgido algumas demandas por equipamentos e materiais especiais, a exemplo de bicicletas para deficientes visuais e máquinas de escrever em Braille.

**5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da celebração do contrato ou emissão das ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

1. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
2. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
3. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
4. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando da contratação da empresa para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos, bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsõesda Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016,e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

**6. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**

A área de atuação da 2ª Superintendência Regional da Codevasf contempla atualmente 212 (duzentos e doze) municípios, dos quais, parte significativa localiza-se no semiárido baiano. O apoio aos meios de produção da agricultura familiar é uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, cujo objetivo é incentivar as práticas associativistas e cooperativistas e a inserção dos produtores de pequeno porte às cadeias produtivas, desenvolvimento sustentável no âmbito social, ambiental e econômico, melhoria da qualidade de vida dos agroempreendedores e geração de trabalho e renda para as famílias rurais ou mesmo urbanas. O aumento da produção de alimentos busca garantir uma alimentação saudável e equilibrada às famílias, com a possibilidade de comercialização do excedente e consequentemente a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. A estruturação da agricultura familiar e outras atividades é uma das formas de se causar impactos positivos na população que vive no meio rural ou urbano, tanto sociais quanto econômicos. A Codevasf vem promovendo melhorias nos sistemas de produção familiar com a estruturação das atividades diversas, por meio da aquisição de materiais e equipamentos. Está previsto o aporte de recursos orçamentários com indicações de Emendas Parlamentares para atendimento de demandas de comunidades rurais na área de abrangência da Codevasf – 2ª SR.

A agricultura familiar e economia craitiva propiciam geração de inúmeros postos de trabalho, possibilitam a permanência das pessoas em seu território de origem, sendo consideradas de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresentam alternativas de ocupação e renda à população, além de garantir segurança alimentar. Nesse contexto, a Codevasf – 2ª SR planeja realizar licitação visando estruturar as atividades produtivas de produtores de pequeno e médio porte, por meio da aquisição de equipamentos e materiais necessários ao melhor desempenho da produção familiar, e atender às demandas das comunidades, no âmbito da sua área de jurisdição, promovendo assim, a desejada inclusão produtiva. Assim, a aquisição e repasse dos bens para apoio aos APLs irá contribuir com o crescimento e desenvolvimento dos beneficiários, possibilitando agregação de valores aos produtos, de forma sustentável.

Conforme o exposto e considerando algumas potencialidades do estado, o quantitativo a ser licitado consta no Anexo II - Planilha de Preços e Quantitativos.

**7. LEVANTAMENTO DE CUSTOS DE MERCADO E DADOS OFICIAIS:**

A pesquisa de preços foi realizada considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 01 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Para composição dos preços médios, quando possível, foram utilizadas consultas feitas junto ao sistema *Comprasnet* na aba **“PAINEL DE PREÇOS”**. No entanto, devido aos efeitos da pandemia, é fato que os preços registrados no painel de preços, com prazo acima de 06 (seis) meses, já não refletem a realidade do mercado. Registre-se ainda que foram enviados vários emails solicitando cotações para os diversos fornecedores do ramo de tratores e implementos agrícolas, mas que poucos responderam, sendo assim, não foi possível a junção de 03 (três) cotações para todos os itens da licitação. Outros preços foram obtidos por meio eletrônico em consultas a *sites* de empresas idôneas existentes no mercado nacional.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

## O valor total estimado para a contratação é de R$ 63.011.637,31 (sessenta e três milhões, onze mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos), distribuídos em 144 (cento e quarenta e quatro) itens, conforme descrito no Anexo II – Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas, com preços cotados em setembro e outubro de 2021.

**9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está prevista a contratação parcelada do quantitativo total licitado, com celebração de contrato ou emissão de Ordens de Fornecimento (OFs) para fornecimento do quantitativo necessário de itens, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizada separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, pode ser utilizada para adesão na ARP por outras unidades da Codevasf, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado da Bahia e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da Codevasf, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

**11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:**

No Plano Anual de Trabalho da Codevasf, a empresa prevê a aquisição de equipamentos e materiais para estruturação de Arranjos Produtivos Locais em sua área de atuação.

Este mesmo objetivo está contido no Programa de Governo 2217: Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, na ação 7K66: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, que objetivam apoiar a infraestrutura produtiva, compreendendo sistema de logística, transporte, armazenamento, aquisição de máquinas e equipamentos, obras civis, construção de centros urbanos, visando fortalecer a capacidade produtiva.

**12. RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Espera-se com as contratações pretendidas, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como, a melhoria na qualidade de vida de famílias na área de atuação da Codevasf - 2ª SR, nas atividades vinculadas a agricultura familiar e economia criativa, proporcionando o desenvolvimento sustentável da região. Almeja-se beneficiar diretamente pelo menos 20.000 (vinte mil) famílias residentes na área de jurisdição da Codevasf – 2ª SR, no apoio ao crescimento e desenvolvimento de atividades agropecuárias e de economia criativa, não se esquecendo do público de pessoas com necessidades especiais.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter aprovação do Superintendente Regional da Codevasf – 2ª SR, do setor de licitações (2ª/SL), do setor jurídico (2ª/AJ) e posteriormente, deverá ser aprovado pela Diretoria Executiva, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido.

**14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na [Instrução Normativa n° 1 de 2010](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao?layout=edit&id=407), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem às esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

**15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias e de suas regiões, pois, se faz necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação para atender às diversas demandas observadas e as já indicadas para a região.

A Codevasf tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas (AR) da empresa, coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas; e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias.

**16. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Considerando o compromisso da Codevasf para com a melhoria nas condições socioambientais e econômicas de sua área de atuação, entende-se necessária a realização do SRP, visando a aquisição dos equipamentos e materiais voltados à melhorias nas atividades vinculadas a agricultura familiar, destinados à implantação de ações de inclusão produtiva na área de jurisdição da sua 2ª Superintendência Regional, no estado da Bahia.

|  |  |
| --- | --- |
| **RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:** | **Manoel Nicolau de Souza Neto**  Engº Agrônomo – CREA BA nº 43.770/D  Chefe da 2ª/GRR/UDT |

|  |  |
| --- | --- |
| **DE ACORDO:** | **Edson Rodrigues Marques Júnior**  Gerente Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas  Codevasf – 2ª/GRR |

|  |
| --- |
| **Harley Xavier Nascimento**  Superintendente Regional – Codevasf – 2ª SR  **APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE** |